

NOTAS E INFORMAÇÕES

O empobrecimento do Brasil

Para marcar o primeiro ano do seu governo, o presidente Fernando Collor de Mello apresentará à Nação o chamado Programa Nacional de Reconstrução. O título está bem escolhido, pois se está diante de um país destruído, como se tivesse sido submetido a prolongado bombardeio. A diferença é que as bombas foram lançadas não por aviões, mas por economistas que quiseram experimentar no povo brasileiro suas idéias heterodoxas. Somos vítimas da série de choques que deveriam ter salvo o País...

No ano passado, o governo Collor conseguiu o excepcional resultado de ao mesmo tempo ter a maior inflação de nossa história (quando medida pelo IPC) e a maior queda do Produto Interno Bruto (PIB) desde 1947, e até mesmo desde 1900, se aceitarmos as estimativas dos historiadores feitas para períodos em que o Brasil não dispunha de dados totalmente confiáveis sobre as Contas Nacionais. O programa econômico — o chamado Plano Brasil Novo — teve como triste resultado uma queda de 4,6% do PIB, ainda mais trágica se considerarmos a queda do PIB per capita: 6,5%. Se quisermos avaliar os efeitos dessa regressão da economia brasileira, basta lembrar que o PIB brasileiro em 1990 foi inferior ao de 1987, e o PIB per capita é inferior ao de 1980. Pode entender-se, assim, a necessidade de lançar um Programa Nacional de Reconstrução.

A questão é saber se o Brasil necessita de mais um programa ou se apenas se deveria pensar em corrigir os erros do passado. Parece-nos que essa é a única coisa a fazer diante dos resultados tão trágicos de 1990 — trágicos na medida em que tivemos a maior recessão da história do País, sem nenhum resultado quanto ao que parece ter sido o objetivo número um: a queda da inflação. Ao contrário do que ensinam os compêndios de Economia, a recessão de 1990 foi totalmente inútil. Mais que isso, tornou o País ainda mais frágil no enfrentamento do problema da inflação, o que parece indicar que na presente situação se corre o risco de uma recessão maior que a do ano anterior.

Seria certamente o momento oportuno para examinar por que se conseguiu casar recessão e inflação. Certamente, a primeira conclusão seria que o Brasil tem necessidade de certa estabilidade na conduta da política econômica, na medida em que a primeira exigência do desenvolvimento é a possibilidade de prever com alguns anos de antecedência. De uma vez por todas, é preciso acabar com esses choques, que são apenas desestabilizadores. A recessão, certamente, foi o fruto do Plano Brasil Novo, que destruiu a confiança dos agentes econômicos. A inflação tem causas



bem conhecidas, que cabe enfrentar com coragem, mas não com uma política heterodoxa tão ao gosto de nossos economistas.

Se a segurança é a primeira exigência da vida econômica, cabe reconhecer que a inflação é o maior fator de insegurança. Ora, a inflação tem sua origem na expectativa dos agentes econômicos. No ano passado, pode ter-se como certo que a expectativa inflacionária foi alimentada por três fatores: a expansão monetária, o déficit público e a ausência de um acordo com os credores estrangeiros. O Plano Brasil Novo começou por dar a impressão de que o governo estava decidido a enfrentar com audácia o problema da liquidez: essa ação era fator capaz de derrubar as expectativas de inflação. Ora, logo se verificou uma monetização da economia, que sinalizou aos agentes econômicos que o Executivo não tinha conseguido ainda ter a seu dispor os instrumentos de controle monetário. O País passou por fase de aperto e fase de expansão, o que alimentou as pressões inflacionárias. Seria possível pensar que o governo Collor de Mello deu sinais muito positivos de sua capacidade de controlar o déficit público chegando a acusar superávit operacional de 1% do PIB. No entanto, tais resultados positivos foram interpretados diferentemente pe-

lo público, que logo verificou que o controle não era duradouro, pois fora a consequência mais de uma suspensão provisória do serviço da dívida interna e de um aumento também provisório das receitas, do que de um corte real nas despesas. A falta de um acordo com os credores estrangeiros foi outro fator de incerteza: soube-se que não teríamos os recursos necessários para manter uma taxa de crescimento adequada, fator essencial para combater a inflação. Paradoxalmente, para justificar a posição de intransigência diante dos credores, o Executivo adotou uma política de valorização do cruzeiro, que acentuou a recessão, impedindo um desenvolvimento das exportações.

Esta análise permite ver que um Programa de Reconstrução não exige medidas excepcionais, mas tão-só a adoção de uma política séria e continuada, que passa por uma real austeridade monetária e fiscal. É certamente necessário dar prioridade aos investimentos, pois são eles a única medida do crescimento econômico. Os investimentos serão favorecidos pela entrada do capital estrangeiro, com seus efeitos multiplicadores. Talvez o fator mais essencial seja, porém, comprovar que o liberalismo dos discursos oficiais não é apenas um modismo, mas uma escolha real do Executivo. Infelizmente, o Plano Collor 2 mostrou que o intervencionismo é a opção fundamental do governo atual.